

Património Cultural, Museus e Memória da Violência Política

“Património Cultural, Museus e Memória da Violência Política” resulta da realização do Relatório de Estágio defendido, em 2025, para a obtenção do grau de Mestre em Património Cultural e Museologia, pela faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Este estudo pretendeu refletir sobre a relação entre património cultural e memória da violência política, com vista ao desenvolvimento de atividades autónomas, em contexto de estágio, no Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche.

A escolha do tema prendeu-se com o crescimento de um partido de extrema-direita que, em 2021, difundiu valores semelhantes ao ideário salazarista, tendo o seu líder, no IV Congresso do Partido, proferido o lema “Deus, Pátria, Família e Trabalho” (Lusa, 2021), partido esse que em 2021 tinha 12 deputados, que à data da redação do relatório tinha um grupo parlamentar constituído por 50 deputados e que hoje corresponde ao segundo maior grupo parlamentar com 60 deputados. Perante este cenário, optou-se por investigar um assunto que serve de contraponto a este crescimento, pretendendo-se, assim, explorar como a memória da resistência e das vítimas da violência política praticada pelo Estado Novo se reflete em dinâmicas patrimoniais e, especificamente, no Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche (MNRL). Neste sentido, pretendeu-se apurar como o património cultural e, em particular, os museus podem auxiliar na salvaguarda e difusão das memórias associadas à violência política praticada pelo regime ditatorial português.

Com efeito, recorreu-se ao estudo de caso, alicerçado numa base argumentativa coesa, como método para averiguar as potencialidades do património cultural, e em particular dos museus, enquanto agentes de salvaguarda e comunicação das memórias da violência política relativas ao passado ditatorial português, aplicando-a ao caso do MNRL e como suporte para pensar as atividades a realizar em contexto de estágio. Assim, foi dividido formalmente o relatório em três capítulos, o primeiro destinado à argumentação concetual, o segundo à descrição e análise da entidade de estágio e o terceiro dedicado às atividades desempenhadas enquanto estagiária.

Como se apurou no primeiro capítulo, regimes ditatoriais recorrem à violência política – definida como todos os mecanismos de fragilização do indivíduo com motivos políticos – como forma de prolongar a sua vigência. No caso português, de acordo com Fernando Rosas, o regime do Estado Novo utilizou duas formas de violência: a preventiva

e a punitiva. Em primeiro lugar, a violência preventiva caracteriza-se por uma atuação velada, mas sempre presente, e correspondia a meios de promoção da contenção comportamental que coagiam a população a adotar comportamentos alinhados com os ideais do regime (Rosas, 2012: 196). Já a violência punitiva correspondia à “repressão direta” contra quem se considerava desobedecer à ordem social determinada pelo regime (Rosas, 2012: 203).

Torna-se premente referir a noção de trauma em estudos que integram episódios de violência, dado que estes se revelam propensos a impactar negativamente as vítimas, e por isso, as suas memórias estarão naturalmente contaminadas pelas alterações provocadas pela violência. Este elemento não pode ser desconsiderado quando se pretende estudar formas de patrimonializar e musealizar memórias da violência política uma vez que são necessárias certas cautelas quando se pretende integrar estes testemunhos numa narrativa histórica, exatamente porque as vítimas, muitas vezes, mais do que factos históricos, relatam a própria dor. Deste modo, aceitar estes testemunhos na história e incorporá-los na memória coletiva de uma sociedade inibe o seu esquecimento, ao demonstrar uma realidade a que não se pretende regressar.

Com efeito, como se tentou evidenciar, a patrimonialização e a musealização de memórias de dor pode constituir forma de auxiliar a recolha e a continuidade do estudo deste património que, apesar de não estar classificado, tem sido cada vez mais valorizado (Martins, 2015: 9-10). Esta tendência crescente de musealização e patrimonialização da memória do sofrimento beneficia da abrangência do conceito de património cultural imaterial e dos contributos da Nova Museologia que favorecem a integração da imaterialidade e de vozes anteriormente oprimidas nas narrativas museológicas (Duarte, 2014: 101). Embora não exista uma norma ou convenção única para museus desta tipologia, o ICOM possui um comité dedicado a esta temática, o ICMEMOHRI, que pretende defender uma “memória responsável da história no interesse da paz, da memória e da reflexão através da comemoração das vítimas de crimes de Estado, socialmente determinados e ideologicamente motivados” (ICMEMOHRI, 2023). Assim, para a orientação das práticas museológicas, considera-se relevante uma abordagem que inclua as diretrizes deste comité em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Ainda neste capítulo, é caracterizada a realidade patrimonial portuguesa e conclui-se que, no plano museológico, apenas existem duas instituições com esta vocação — o Museu do Aljube e o Museu Nacional Resistência e Liberdade — o que se considerou

manifestamente insuficiente. Por isso mesmo, foi defendida a necessidade de se pensar numa rede articulada de espaços de memória, capaz de assegurar uma preservação mais abrangente e descentralizada desta herança histórica. Conclui-se, simultaneamente, que a preservação das memórias e o seu cuidado no âmbito patrimonial e museológico tem sido promovido principalmente pela sociedade civil, particularmente, pelo Movimento *Não Apaguem a Memória* (NAM) e pela União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP). Estes grupos funcionam como “memorial entrepreneurs”, um conceito de Sharon MacDonald, segundo o qual determinados grupos ou indivíduos agem, de forma ativa, na preservação de memórias, habitualmente da memória de eventos de que foram vítimas ou de que sentem obrigatoriedade moral de preservar e celebrar (MacDonald, 2009: 3).

Posteriormente, no capítulo seguinte, foi analisado o MNRL, a sua história, espaços físicos e também a sua missão e narrativa museológica, para se poder afirmar que corresponde a um exemplo de boas práticas em articulação com o que se definiu na base teórica. Com efeito, importa salientar que o Museu Nacional Resistência e Liberdade adota uma postura respeitosa relativamente ao sofrimento das vítimas, evitando a sua instrumentalização em prol do entretenimento para o público. É visível um esforço de contextualização do período histórico, social e político em que ocorreram as violações dos direitos humanos, sem que se diabolize agressores, optando-se, antes, por uma abordagem centrada na ideologia que sustentou tais práticas. Neste sentido, verifica-se que o museu respeita os critérios éticos identificados como fundamentais, no primeiro capítulo. A narrativa museológica cumpre os requisitos estabelecidos na missão do museu, ao apresentar de forma abrangente a realidade do regime ditatorial português e as suas múltiplas dimensões. Deste modo, evidencia-se a necessidade da resistência ao regime, nas suas diversas facetas, demonstrando que se concretizou verdadeiramente “um combate em todas as frentes”, bem como o seu papel na luta contra a ditadura e no processo de conquista da liberdade. Todavia, observa-se uma quebra significativa na continuidade do texto informativo entre a exposição principal e a “Galeria da Liberdade”, resultando em lacunas na compreensão de certos aspetos da Revolução dos Cravos, nomeadamente no que respeita à sua preparação, ao desenrolar da operação e inclusive à simbologia da flor que nomeia a Revolução. Assim, conclui-se que o programa museológico se mostrou ambicioso, procurando abranger um leque alargado de subtemas. Contudo, os problemas emergem na fase de execução, na qual certos temas acabam por se limitar à apresentação de um texto introdutório, acompanhado por um conjunto de fotografias, o que não permite perceber, com clareza, a real importância do tema

abordado. Não obstante, constatou-se que estas dimensões são passíveis de colmatação, quer ao nível da reorganização do aparato tecnológico da exposição ou através de outras práticas museológicas como se irá mencionar adiante.

Convém salientar que o MNRL, além do cumprimento da função de salvaguarda da memória da violência política, constitui-se como um centro de promoção dos valores de liberdade e democracia, um espaço de debate e interpretação do património, contribuindo para que estas memórias não se tornem estáticas, podendo ser mobilizadas no presente, para a continuidade da aceitação da premissa de que certos acontecimentos passados não se podem repetir, função que se pretende que os museus que lidam com esta tipologia de património cumpram. Desta forma, contribuem para a construção de um futuro consciente, orientado para a valorização dos direitos humanos e dos valores democráticos. Para este efeito, afigura-se adequado complementar as exposições de longa duração com outras práticas direcionadas para o visitante como, por exemplo, a construção de exposições temporárias que aprofundem temas ou subtemas relacionados com a exposição de longa duração, o desenvolvimento de atividades pedagógicas para diferentes públicos, a preparação de debates e círculos de conversas, entre outras, promovendo assim a reflexão e a proliferação e aprofundamento do conhecimento sobre a temática.

Pelo exposto, e como foi possível observar através das atividades desenvolvidas¹ em contexto de estágio, a mediação cultural tem um papel de relevo nesta questão. As atividades desenvolvidas foram pensadas no sentido de fomentar nos jovens a reflexão sobre questões de atualidade, através de uma temática da exposição de longa duração, em particular, a luta das mulheres. Neste contexto, foi realizada na Escola Secundária de Peniche e na Escola Secundária Amato Lusitano, em Castelo Branco, uma atividade comemorativa do Dia Internacional da Mulher, em que foi explorado o caso das duas

¹ Além das atividades referidas, foi realizada a biografia de Francisco Miguel Duarte. A investigação não consistiu na descoberta de informação inédita, mas traduziu-se na sistematização de informação sobre um dos resistentes encarcerados na Cadeia do Forte de Peniche. Apesar de não ter seguido o plano inicial de elaboração da biografia das duas mulheres presas em Peniche, por impossibilidade de acesso a determinadas fontes relevantes, a redação da biografia de Francisco Miguel Duarte afigurou-se alinhada com o enquadramento teórico desenvolvido nesta análise, considerando que toda a vida do referido preso político foi atravessada pelo espectro da violência política e que toda a sua atuação teve em vista a luta pela liberdade e pela democracia.

mulheres presas na Cadeia do Forte de Peniche e outros exemplos de envolvimento feminina em movimentos de oposição e resistência ao regime. Esta sessão foi intitulada de *Sementes da Liberdade* por fazer referência às mulheres detidas na Revolta do Milho, mas também por referir eventos não diretamente ligados à Revolução, mas que naturalmente contribuíram para o avançar da luta pela liberdade. Esta atividade pressupunha um momento de criação artística por parte dos alunos que assistiram à sessão, em que lhes foi pedido que realizassem textos, ilustrações ou poemas alusivos ao Dia Internacional da Mulher, para composição de *fanzines* que foram expostos na biblioteca escolar e denominados “(Clan)Destino”, um trocadilho que pretende evidenciar as experiências e desafios partilhados por um determinado grupo.

Para o terceiro ciclo do ensino básico, concretamente para o 8º ano do Agrupamento de Escolas de Peniche, foi escrito e dramatizado um texto sobre Margarida Tengarrinha, em conjunto com a Drª Ana Reis, coordenadora do Núcleo de Ação Educativa, e cujo objetivo era promover a reflexão em torno do conceito de liberdade. Esta performance foi seguida de um momento de expressão artística, no qual se propôs aos estudantes desenhar o contorno da sua mão num lençol e escrever o que significava, para cada um, a liberdade. Entre o momento final da atuação de teatro e o início do desenho, os intervenientes foram convidados a segurar no lençol, suportando simbolicamente um cravo no seu centro, ao som da *Canção a Zé Mário Branco*, da artista A Garota Não.

Para finalizar, pelo exposto, conclui-se que a criação de museus dedicados à memória da violência política desempenha um papel fundamental na preservação e divulgação dessa memória, sendo evidente, nomeadamente através da experiência proporcionada pelo estágio realizado, o papel central do património cultural enquanto agente dinamizador dessa missão. Para além disso, conforme se procurou demonstrar ao longo do trabalho, a intervenção dos museus como centros de debate e reflexão sobre a atualidade não se limita ao seu espaço físico nem às exposições de longa duração, revelando-se igualmente produtiva a realização de atividades complementares, desde que estas estejam em consonância com a missão da instituição museológica.

Referências Bibliográficas

- Rosas, F. (2012) *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*, Lisboa: Tinta da China.
- Macdonald, S. (2009) *Difficult Heritage: Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond*, Routledge: New York, 2009.
- Martins, A. (2015) *A musealização de heranças difíceis: o caso do Museu do Aljube - Resistência e Liberdade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.
- ICMEMOHRI – The International Committee of Memorial and Human Rights Museums (2023) “ICMEMO is now ICMEMOHRI” in ICMEMOHRI – The International Committee of Memorial and Human Rights Museums. Disponível <https://icmemohri.mini.icom.museum/icmemo-rebranding/> [Acedido a 17/11/2025]
- Duarte, A. (2014) “Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora” in *Revista Museologia e Património*, Revista Eletrônica do Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio –MAST. vol. 6 no 1. pp. 99 117. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/143404132.pdf> [Acedido a 17/11/2025]
- Lusa (2021) “Ventura adapta lema de Salazar: "Deus, pátria, família e trabalho"” Disponível em <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/ventura-adapta-lema-de-salazar-deus-patria-familia-e-trabalho--14361948.html> [Acedido a 17/11/2025]